

Sustentabilidade no ensino de Administração: um estudo nas Instituições de Ensino Superior Públicas do Estado do Paraná.

INDIARA BELTRAME BRANCHER

Universidade Estadual de Londrina - UEL
profaindiarabeltrame@hotmail.com

LUCIANO GOMES DOS REIS

Universidade Estadual de Londrina - UEL
lucianoreis@uel.br

Área Temática: Planejamento e Organização de Cursos e Programas

SUSTENTABILIDADE NO ENSINO DE ADMINISTRAÇÃO: UM ESTUDO NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PÚBLICAS DO ESTADO DO PARANÁ.

Resumo

Na atualidade, para realizar um processo de gestão, os administradores devem estar aptos a executar tarefas de acordo com um novo modelo de gestão, que considera a sustentabilidade em um aspecto multidimensional. (Rodrigues &, Duarte, 2011). Considerando-se que “cada vez mais existe a necessidade de incluir os princípios da sustentabilidade na tomada de decisões e estratégias” (Hollnagel & Moraes, 2011, p. 1), os referenciais teóricos sobre sustentabilidade deveriam estar presentes nos cursos de graduação em Administração. O objetivo deste artigo é identificar, nas IES Públicas paranaenses, a existência (ou não) de elementos relacionados à sustentabilidade de forma institucionalizada nos cursos de administração, seja na grade curricular, seja no perfil desejado do egresso, seja em outra informação formal, constante nos documentos institucionais. Destas, 19 apresentaram pelo menos uma disciplina relacionada à sustentabilidade, quatro não tem disciplinas e em três casos não foi possível obter informações das matrizes curriculares, pois esses não estavam disponíveis para consulta. Conforme Gonçalves-Dias, Herrera e Cruz (2013, p. 121) “apesar de quase três décadas de intensos debates em torno da temática sustentabilidade, permanecem indefinições, despertando indagações sobre suas delimitações, seus traços definidores, seu potencial de inovação e suas interfaces com outros campos”.

Palavras-chave: Sustentabilidade. Instituições de Ensino Superior. Ensino de Administração.

SUSTAINABILITY IN MANAGEMENT EDUCATION: A STUDY IN HIGHER EDUCATION PUBLIC INSTITUTIONS IN PARANÁ STATE.

Abstract

Nowadays, to realize a management process, administrators must be able to perform tasks according to a new management model that considers sustainability in a multidimensional aspect. (Rodrigues & Duarte, 2011). Considering that “increasingly there is the need to include the principles of sustainability in making decisions and strategies” (Hollnagel & Moraes, 2011, p. 1), the theoretical references on sustainability should be present in Business and Administration graduate courses. The objective of this article is to identify, in Higher Education Public Institutions in the State of Paraná, the existence or not of elements related to sustainability in an institutionalized way in Business and Administration courses; whether in curriculum, in the desired profile of the graduate or in any other formal information listed in the institutional documents. It has been identified that among the 26 studied programs, 19 of them have only one subject related to sustainability, whereas 7 showed no discipline or content related to the theme, in such cases no relevant information was presented. According to Gonçalves-Dias, Herrera e Cruz (2013, p.121) “although almost three decades of intense debate about the sustainability theme, indefinitions remain, arousing inquires about its delimitations, its defining traits, its innovative potential and its interfaces with other fields.”

Keywords: Sustainability. Higher Education Institutions. Management Education.

1 Introdução

As discussões sobre Desenvolvimento Sustentável (DS) têm ocupado dada vez mais lugar nos mais distintos ambientes. Governos, empresas, instituições nacionais e internacionais, tem se interessado no discutir aspectos pertinentes a esse tema significativo e que ainda está cercado de questionamentos e inquietações. Considerado como um marco, o relatório da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (*World Commission on Environmental and Development – WCED*), conhecido como Relatório *Brundtland* (WCED, 1987) apresentou ao mundo um possibilidade de se alcançar a sustentabilidade sem que houvesse mudanças significativas no sistema econômico, lançando a ideia de desenvolvimento sustentável (Carvalho & Almeida, 2010).

Tem ocorrido um intenso debate, de acordo com Van Marrewijk (2003), entre os acadêmicos, consultores e executivos de empresas, resultando em muitas definições sobre uma forma mais humana, mais ética e mais transparente de fazer negócios, perpassando por conceitos tais como desenvolvimento sustentável, cidadania corporativa, empreendedorismo sustentável, *Triple Bottom Line*, Responsabilidade Social Corporativa, dentre outros.

Nas últimas décadas, questões ligadas à sustentabilidade estão sendo apresentadas à sociedade como um tema de extrema importância, o que de forma direta vem despertando o interesse de diversas áreas, da química e biologia, da economia à administração de empresas. Esta área temática apresenta-se de forma contemporânea em diretrizes governamentais, constituindo-se na atividade principal de diversas organizações não-governamentais, como o Greenpeace e a WWF, cujas ações podem provocar impacto direto ou indireto em diversas atividades empresariais e influenciando a formulação de políticas públicas. Em seu princípio, as preocupações relativas à área ambiental e social representavam apenas o de incrementar os objetivos financeiros dos acionistas (Friedman, 1970). Com o passar dos anos, entretanto, a preocupação passou a ser não apenas obter ganhos financeiros de curto prazo com a adoção de medidas sustentáveis, mas evoluiu para a formação de uma consciência empresarial a respeito do tema, seja de forma espontânea, seja de forma coercitiva, por intermédio de novos instrumentos legais sobre questões ambientais.

Dessa forma, na atualidade, para realizar um processo de gestão de forma adequada, os administradores devem estar aptos a executar tarefas de acordo com esse novo modelo de gestão, que consideram a sustentabilidade em um aspecto multidimensional, ultrapassando os seus aspectos meramente econômicos, sendo direcionados para incluir diferentes pontos de vista dos interessados na organização, seja de forma direta, seja potencialmente (Rodrigues & Duarte, 2011). Pois “os administradores estão entre os profissionais que mais causam impactos ambientais, pois tomam decisões sobre o que, quando, quando e onde produzir, decisões essas que casusa impactos diretos e indiretos sobre os níveis de utilização de recursos”. (Barbieri & Silva, 2011, p. 8) Considerando-se que “cada vez mais existe a necessidade de incluir os princípios da sustentabilidade na tomada de decisões e estratégias corporativas das organizações” (Hollnagel & Moraes, 2011, p. 1), os referenciais teóricos sobre desenvolvimento sustentável deveriam estar presentes nos cursos de graduação de Administração.

Lozano García, Kevany e Huisingh (2006) explicam que, em se referindo ao Ensino Superior e o Desenvolvimento Sustentável (DS), muitas abordagens educativas estão sendo testadas (Ensino Superior e Aplicações de Regionais para a Sustentabilidade; Ensino do DS e Educação Ambiental; Abordagens e Ferramentas para a Educação para o Desenvolvimento Sustentável; Implementação do DS e Relatórios de Execução em Instituições de Ensino Superior) e que é através do compartilhamento de ideias inovadoras, conceitos, ferramentas, experiências aprendidas em diversos contextos educacionais e sociais que contribuem como o

desenvolvimento de habilidades capazes de alcançar avanços em direção o Desenvolvimento Sustentável.

Segundo Madeira (2008 p. 19) existe um consenso de que as Instituições de Ensino Superior (IESs) “são órgãos privilegiados de propagação do conhecimento através do ensino e da investigação, além de serem as responsáveis pela formação da maioria das pessoas que ocupam cargos relevantes na sociedade”. Assim a autora destaca que as IESs devem ter um papel preponderante no Desenvolvimento Sustentável, podendo ser elas próprias, modelos de sustentabilidade. (Madeira, 2008). Na última década, conforme Jacobi, Raufflet e Arruda (2011), multiplicaram-se os módulos, cursos e programas relacionados à sustentabilidade no ensino superior em geral, assim como mais especificamente no ensino da Administração.

Nessa mesma linha de pensamento, Jacobi (2005) advoga sobre o papel dos educadores. O autor defende que os mesmos têm desempenhado um papel estratégico e decisivo na inserção da educação para a sustentabilidade, trabalhando no sentido de forma (qualificar) os alunos para um posicionamento crítico diante de um contexto o social em crise ambiente (crise socioambiental), tendo como norte a transformação de hábitos e práticas sociais, assim como a formação de uma cidadania ambiental, a qual mobilize para a questão da sustentabilidade em seu significado mais abrangente (Jacobi, 2005).

Considerando-se que os cursos de administração de empresas possuem, de acordo com as diretrizes curriculares do Ministério da Educação, a função de desenvolver como competências e habilidades a capacidade de transferir conhecimentos da vida e da experiência cotidianas para o ambiente de trabalho e do seu campo de atuação profissional, em diferentes modelos organizacionais, revelando-se profissional adaptável (Brasil, 2005), espera-se que o formando tenha, com base no exposto anteriormente, uma formação abrangente, não apenas focado nas questões de natureza econômica e financeira, mas também relacionado a sustentabilidade das organizações, seja no curto, médio ou longo prazo. A esse respeito, estudos anteriores, como o de Gonçalves-Dias et al (2009) concluíram que “a formação e o avanço da consciência ambiental ainda representam grandes desafios para essa escola de gestão, exigindo um profundo repensar dos métodos de ensino em Administração”.

Neste contexto, a implementação de conteúdos e disciplinas que abordem o Desenvolvimento Sustentável, nas grades curriculares dos cursos de Administração, pode ser analisado sob a ótica da Teoria Institucional, em especial quando se considera que, em virtude de aspectos miméticos ou coercitivos, pode estar ocorrendo um isomorfismo institucional, considerando-se esse fenômeno aquele pelo qual as organizações se estruturam a partir das exigências do seu ambiente, sendo esse comportamento explicado mediante práticas isomórficas. Sob a ótica da Teoria Institucional, ocorre o isomorfismo institucional, que parte do conceito pelo qual a organização reflete uma realidade socialmente construída. (Meyer & Rowan, 1992). DiMaggio e Powell (1983) enfatizam, em primeiro lugar, que as causas da burocratização e racionalização apresentam mudanças no tempo, não sendo direcionadas pela competição ou ainda pela necessidade de eficiência, mas pela ação do Estado e das profissões e, no caso específico deste estudo, isso pode estar ocorrendo nas Instituições de Ensino, pelas necessidades prováveis dos futuros profissionais.

No caso específico das IES, acredita-se que possa estar ocorrendo um processo de isomorfismo normativo, considerando-se a ação dos profissionais de mercado, que tem interesse em profissionais que conheçam o DS de forma mais ampla, sendo necessária uma adaptação de conteúdos e grades curriculares visando satisfazer as necessidades dos futuros profissionais.

De acordo com Caldas e Wood Jr. (1999, p. 284-285), no decorrer da existência organizacional, verifica-se uma tendência dos comportamentos e padrões tidos como aceitáveis assumirem formas e características semelhantes. O isomorfismo, dessa forma, pode ser definido como:

O processo que leva organizações em determinado setor a parecer-se com outras, com as quais partilha as mesmas condições ambientais. Nos estágios iniciais do ciclo de vida, campos organizacionais apresentam grande diversidade quanto à forma. Uma vez que passem pelo processo de institucionalização, porém, ocorre uma tendência para a homogeneização. (CALDAS; WOOD JR., 1999, p. 295).

No panorama descrito anteriormente, considerando a relevância do DS e sua relação com o ensino superior, bem como a possibilidade de inserção de disciplinas e conteúdos que tenham por fundamento o DS, admitindo-se a possibilidade de existência de um processo isomórfico, esse trabalho apresenta a seguinte questão: **existem elementos que permitam visualizar a inserção de temas relacionados a sustentabilidade de forma institucionalizada nos cursos de administração das IES Públicas Paranaenses?** Com base nessa questão de pesquisa, o artigo terá por objetivo verificar, com base nos documentos disponíveis, indícios de que está ocorrendo a institucionalização do ensino da sustentabilidade em cursos de Administração de Empresas das IES públicas paranaenses.

2. Fundamentação teórica

2.1 Sustentabilidade nos cursos de administração

A *World Commission on Environment and Development* (WCED, 1987) definiu a Desenvolvimento Sustentável (DS) como sendo o “desenvolvimento econômico que satisfaz as necessidades da presente geração sem comprometer a capacidade das futuras gerações de satisfazerem suas próprias necessidades”. Sustentabilidade Organizacional, para Dyllick e Hockerts (2002), é a capacidade das organizações alavancarem seus capitais econômico, social e ambiental ao contribuírem para o desenvolvimento sustentável, ou seja, é a habilidade das organizações de manterem bom desempenho nos âmbitos econômico, social e ambiental.

Passet (1996) segmenta a Sustentabilidade Organizacional em três pilares principais: o pilar econômico, pilar ambiental e o pilar social. Estes são advindos de uma das teorias mais aceitas atualmente no meio organizacional em relação à sustentabilidade: o *Triple Bottom Line*, proposto por Elkington (1999) com a finalidade de relacionar estes três pilares. Esta abordagem também é conhecida como os três Ps (*People, Planet and Profit*), e procura valorizar aspectos como lucro, desenvolvimento social e preservação ambiental. Segundo o princípio do Triple Bottom Line as organizações sustentáveis devem ter o intuito de alcançar maior sustentabilidade em suas operações, e devem tomar decisões baseadas não somente em retornos financeiros, mas também considerando quesitos como proteção ao meio ambiente e justiça social (Elkington, 1999).

Jacobi, Raufflet e Arruda (2011, p. 22) observaram em seu estudo “um significativo aumento do número de instituições de ensino superior que apresentam efetiva motivação para formar estudantes com conhecimento e habilidades necessários para colocar a sustentabilidade no centro de suas futuras atividades de gestão”. De acordo com Gonçalves-Dias, Teodósio, Carvalho e Silva (2009, p. 6) “a institucionalização da temática ambiental nas escolas de graduação em Administração tem variado bastante, conforme o contexto e as características culturais das diferentes instituições”. Os autores explicam que em algumas escolas a iniciativa se constrói a partir do professor, de forma que esse através de sua atuação introduz, de maneira gradual e progressiva, abordagens relacionadas com a questão ambiental. Outra maneira pode ser a partir da criação de disciplinas específicas, nos cursos de graduação e pós-graduação, por professores envolvidos em programas que de alguma forma têm afinidade com a questão ambiental. Pode ser também, através da associação de departamentos de maneira a viabilizar a criação das competências multidisciplinares requeridas para o ensino da gestão ambiental. Ou mesmo podem serem criados programas ou

um centros de estudo com a missão dedicar-se ao tema da gestão ambiental. (Gonçalves-Dias, Teodósio, Carvalho & Silva 2009)

Segundo a *National Forum on Partnerships Supporting Education about the Environment* (1994) a Educação para a Sustentabilidade é um processo de aprendizagem ao longo da vida que leva a uma cidadania consciente e envolvida. Implica também um processo de desenvolvimento de habilidades criativas para resolução de problemas, alfabetização científica, social e compromisso de se envolver em ações individuais e cooperativas responsáveis. Estas ações tem como objetivo ajudar a garantir um futuro ambientalmente e economicamente próspero.

Ainda nesse sentido, pode-se verificar a preocupação com relação a educação e desenvolvimento sustentável. Como pode ser observado no capítulo 36 da Agenda 21, que fala sobre a promoção do ensino, da conscientização e do treinamento, o qual propõe a "reorientação do ensino no sentido do desenvolvimento sustentável", o "aumento da consciência pública" e a "promoção do treinamento". Está estipulado no texto do supracitado documento que "o ensino tem fundamental importância na promoção do desenvolvimento sustentável e para aumentar a capacidade do povo para abordar questões de meio ambiente e desenvolvimento". (Agenda 21, 1995. p. 429)

Para Raufflet, Dupré e Blanchard (2009 apud Jacobi, Raufflet & Arruda, 2011), existem três níveis de aplicação da noção de sustentabilidade nos cursos, programas e atividades curriculares, conforme pode ser visualizado na Tabela 1.

Tabela 1 - Três níveis de aplicação da noção de sustentabilidade nos cursos, programas e atividades curriculares.

Níveis	Descrição
Primeiro	O primeiro, nos cursos existentes ou nos novos cursos, consiste basicamente em inserir as temáticas ou o material pedagógico em disciplinas existentes.
Segundo	O segundo, no nível de programas, já implica três opções: 1. inserção de um ou mais cursos sobre o tema em um programa existente; 2. inserção de questões centrais da sustentabilidade nos cursos existentes; e 3. reelaboração do programa com base nas questões colocadas pelo enfoque da sustentabilidade, que assim se tornam os campos de aplicação em torno da resolução de problemas e da tomada de consciência individual e coletiva nas quais as disciplinas, os saberes e o conhecimento adquirido são mobilizados e colocados em questão.
Terceiro	O terceiro, no nível da reflexão pedagógica e ontológica, consiste em ter uma visão abrangente de sociedade e de formação, e, portanto, contribuir na identificação das implicações quanto aos objetivos e ao conteúdo desses programas e atividades.

Fonte: Adaptado de Jacobi; Raufflet, e Arruda (2011) com base em Raufflet (2006)

Observa-se que a inserção da temática "sustentabilidade" pode ocorrer em diferentes níveis, de acordo com o grau de desenvolvimento do curso, programa ou atividade curricular. O desejável, na visão da educação dos gestores, é que se alcance o terceiro nível, visando a identificação das implicações dos objetivos organizacionais por intermédio de um processo reflexivo, que permita a visão de todas os atores e ambientes envolvidos no processo administrativo.

Além das questões gerais, em termos legais, a Lei nº 9.795 instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental. Em seu artigo primeiro expressa que:

Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade. (Brasil, 1999)

Ainda nesse sentido “a educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal”. (Brasil, 1999)

De acordo com Sinay, Cristina, Dalbem,; Loureiro e Vieira (2013) muito embora o crescente interesse no tema sustentabilidade, os autores destacam que sua inserção no ensino e pesquisa em administração tem sido lenta. Palma, Oliveira e Viacava (2011) em sua pesquisa em cursos de graduação em administração de universidades federais brasileiras buscando os temas sustentabilidade, gestão ambiental e responsabilidade social corporativa. Os autores analisaram os currículos de administração de empresas ofertados pelas IES, a fim de verificar a existência de cursos relacionados ao Desenvolvimento Sustentável. Identificaram que das 40 universidades federais analisadas, apenas 13 oferecem cursos relacionados à sustentabilidade, dos quais apenas seis têm cursos relacionados a ambas as questões ambientais e sociais. Cinco universidades oferecem cursos exclusivamente relacionados à gestão ambiental e apenas duas universidades têm cursos sobre responsabilidade social. Os autores concluem que, “os resultados analisado denotam uma “deficiência em relação à em relação a sustentabilidade, e que esta lacuna nos currículos pode comprometer a capacidade de do alunos dos cursos de administração de empresas - futuros gestores e estrategistas – na reflexão sobre o papel das organizações na sociedade”. (Palma, Oliveira & Viacava, 2010, p. 250)

Nesse sentido Jacobi, Raufflet e Arruda (2011), apontam que a promoção da sustentabilidade na educação superior tem enfrentando, principalmente, três desafios significativos, a saber: o primeiro é que a maioria das instituições de ensino superior tem dado um enfoque fragmentado para a sustentabilidade, com foco em iniciativas de “esverdeamento” do *campus* ou de adicionar conteúdo a uma parte específica do currículo, tendo as universidades permanecido em grande parte como organizações “que conhecem”, em vez de organizações que “aprendem”; o segundo perpassa que a promoção da interdisciplinaridade como uma condição para a educação da sustentabilidade tem encontrado muita resistência nas instituições, por razões tanto administrativas como pela relutância dos docentes formados em uma visão disciplinar se engajarem com a interdisciplinaridade e com abordagens mais práticas (*experiential learning*) relacionadas com a educação para a sustentabilidade; o terceiro é que diante da necessidade de uma mudança profunda e duradoura no processo organizacional dentro das instituições – o ensino superior deve abordar a sustentabilidade de forma mais sistêmica, que envolva toda a instituição nas mudanças em andamento, em colaboração com estratégias de aprendizagem.

2.2 A Teoria Institucional e os processos isomórficos

Conforme Fachin e Mendonça (2003) Philip Selznick pode ser considerado o precursor da Teoria Institucional, considerando-a como uma perspectiva simbólica-interpretativa em que se destaca a construção social da realidade organizacional. Segundo o Selznick a institucionalização é “como um processo pela qual uma organização desenvolve uma estrutura de caráter distintivo ou, quando essa recebe uma infusão de valor”. Segundo Trevisan e Pedrozo (2010) “os estudiosos dessa teoria procuram definir as instituições organizacionais de forma ampla, pois consideram outros elementos que orientam a ação humana, como os sistemas de símbolos, os aspectos morais e os esquemas cognitivos, além das regras e procedimentos formais”. Guerra e Ichikawa (2010, p. 345) citam Selznick (1996, p. 2) para afirmar que “a teoria institucional investiga a emergência de formas, processos, estratégias, perspectivas distintas e competências à medida que estes emergem de padrões de interação e adaptação da organização”.

No que se refere ao estudo das organizações a perspectiva institucional Rossetto e Rossetto (2005, p. 5) afirmam que “pode ser tipificada como uma abordagem simbólico-

interpretativa da realidade organizacional, apresentando uma posição epistemológica predominantemente subjetivista, na qual é salientada a construção social da realidade organizacional”.

Os trabalhos, conforme Tolbert e Zucker (1999), sob o prisma da teoria institucional têm investigado uma vasta gama de fenômenos, desde a expansão de políticas de pessoal à redefinição da missão organizacional e de suas estruturas, até a formulação de políticas nacionais e internacionais. As organizações interagem, conforme Machado-da-Silva e Gonçalves (1999) com seu ambiente a procura de legitimação. Assim, conforme os autores as estratégias escolhidas e as decisões empreendidas são influenciados por uma inércia ambiental, no que concerne a conformidade às regras, às normas e às crenças (mitos) institucionalizadas, em conflito com critérios de eficiência.

Assis, Andrade, Carvalho; e Tanuree (2010 p. 4) citando Machado-da-Silva e Fonseca (1993) o quais afirma que “a teoria institucional indica que a sobrevivência das organizações depende da capacidade de atendimento a orientações coletivamente compartilhadas”. Os autores entendem o “isomorfismo como uma convergência progressiva das organizações a uma tendência, por meio da imitação, buscando a legitimação”. (Assis, Andrade, Carvalho; e Tanuree, 2010 p. 4). Nesse campo da Teoria Institucional, o isomorfismo, conforme Rossetto e Rossetto (2005) pressupõe que as organizações respondem de maneira similar a outras organizações que estão de alguma forma ajustadas ao ambiente. DiMaggio e Powell (2007) argumentam que o isomorfismo institucional é a razão dominante pela qual as organizações assumem determinadas formas. Conforme os autores é a burocratização baseada em uma economia capitalista de mercado as forças motoras que levam tendo a burocratização como uma jaula de ferro em que a humanidade se vê confinada. Os autores discutem em seu trabalho que as organizações tendem a apresentar uma surpreendente homogeneidade de formas e práticas organizacionais, a qual pode ser explicada através do conceito do isomorfismo. Os autores citam Hawley (1986 apud DiMaggio & Poweell 2007, p. 120) para definir que isomorfismo é um “processo restritivo que força uma unidade de uma população a se assemelhar a outras unidades que enfrentam o mesmo conjunto de condições ambientais”. Afirmam que as organizações tendem a utilizar linhas de ação já definidas na sociedade, que lhes permitam garantir sua sobrevivência e legitimidade, independente de sua eficiência, orientando-se pelo contexto, as regras e significados já institucionalizados nas estruturas. Três são os mecanismos, conforme DiMaggio e Powell (2007) por meio dos quais, ocorrem as mudanças isomórficas institucionais, a saber: isomorfismo coercivo (provem da política e do problema da legitimidade); isomorfismo mimético (resulta de resposta padrão à incertezas); isomorfismo normativo (associado a profissionalização). Conforme Rosseto e Rosseto (2005) o isomorfismo é um processo de restrição que obriga uma unidade da população a assemelhar-se a outras que enfrentam o mesmo conjunto de condições ambientais, assim os fatores isomórficos influenciam a organização a se parecer a outra desde que essa esteja no mesmo conjunto de condições ambientais.

Hannan e Freeman (1977 apud DiMaggio & Poweell, 2007, p. 121) defendem que o isomorfismo pode ocorrer “porque as formas não ótimas são incluídas de uma população, ou porque os tomadores de decisão organizacionais aprendem respostas apropriadas e ajustam seu comportamento de acordo com elas”. O isomorfismo, segundo Rossetto e Rossetto (2005), é um conjunto de restrições que forçam uma unidade de uma população a parecer-se com outras unidades que se colocam em um mesmo conjunto de condições ambientais. Tal abordagem sugere que as características organizacionais são modificadas na direção do aumento de compatibilidade com as características ambientais; o número de organizações em uma população é função da capacidade ambiental projetada e a diversidade das formas organizacionais é isomórfica à diversidade ambiental. Conforme Assis, Andrade, Carvalho; e

Tanuree (2010) a gestão das organizações busca se adaptar suas estruturas e procedimentos às expectativas do contexto, por meio dos mecanismos de isomorfismo.

Considerando-se a possibilidade de existência de práticas isomórficas em cursos de administração de empresas, no que tange à inserção da temática “sustentabilidade” em seus currículos e conteúdos disciplinares, em virtude de estudos que apontam a premência, ou ainda, a pressão social por formar um administrador com responsabilidade social e, nesse contexto, com habilidades para gerir organizações de forma sustentável, a presente pesquisa buscou realizar análises nas instituições públicas que oferecem o curso de Administração de Empresas no Estado Paraná, visando detectar o processo de institucionalização de tais práticas, utilizando para cumprir o objetivo proposto a metodologia descrita na próxima seção.

3 Metodologia

Para atingir os objetivos delineados na primeira seção desse artigo, foi desenvolvida uma pesquisa do tipo exploratória, definida por Michel (2009, p. 40) como a pesquisa que “busca explicar um problema a partir de referências teóricas, publicadas em documentos, dispensando a elaboração de hipóteses”. Corroborando essa visão, Cerro, Bervian e Da Silva (2012, p. 63) afirmam que por intermédio da pesquisa exploratória é possível realizar descrições precisas de uma determinada situação específica, buscando-se descobrir as relações existentes entre seus elementos.

Quanto à técnica de coleta de dados, foi utilizada a pesquisa documental, que se caracteriza, conforme Marconi e Lakatos (2010, p. 157) quando a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, constituindo-se o que se denomina fonte primária. Como documentos escolhidos para fins de análise do processo de institucionalização da inserção da temática sustentabilidade nos cursos de graduação em administração de empresas, foram selecionados os seguintes documentos: projeto político pedagógico (quando disponibilizado pela IES), grades curriculares e ementas das disciplinas constantes das grades curriculares.

No início do processo de pesquisa, foi delimitada por universo da pesquisa os cursos de graduação em Administração de Empresas do Estado do Paraná. Após uma pesquisa exploratória nos endereços eletrônicos de IES Públicas e Privadas do Estado do Paraná, definiu-se como amostra as IES Públicas do Paraná, tendo em vista questões acessibilidade e disponibilidade das informações. De acordo com dados disponíveis no endereço eletrônico do INEP, no ano de 2012 havia em funcionamento, classificadas como tendo Categoria Administrativa Pública, 26 cursos de graduação existentes no Paraná, em 17 instituições de ensino, sejam elas com organização acadêmica sob a forma de universidades ou faculdades. A existência de 26 cursos em 17 instituições decorre do fato de que há IES que possuem diversos campos, e cada curso de graduação foi considerado isoladamente, uma vez que podem haver diferenças entre as grades curriculares dos cursos de uma mesma IES, em virtude de particularidades regionais.

Para fins de análise dos documentos coletados, Este estudo foi desenvolvido com base na análise de conteúdo, com a finalidade de aprofundar o estudo das informações coletadas, as quais Michel (2009, p. 70) define como: “Uma técnica de levantamento de dados que utiliza textos, falas, informações já coletadas de forma extensiva, ou seja, é uma análise feita posteriori à coleta”. Enquanto a análise documental busca identificar as informações sobre o objeto de interesse, a abordagem de análise de conteúdo tem por finalidade, a partir de um conjunto de técnicas parciais, explicar e sistematizar o conteúdo desses documentos (Bardin, 2004, p. 40).

Foram pesquisados indícios de presença institucionalizada de textos, expressões ou conteúdos específicos que fizessem referência à sustentabilidade, visando detectar a existência

desses conteúdos e, em uma fase posterior, analisando as características de inserção temática, de forma qualitativa e quantitativa, nos cursos de Administração de Empresas.

4 Análise da institucionalização da sustentabilidade nos cursos de Administração de Empresas das IES públicas paranaenses

Segundo Venzke e Nascimento (2013, p. 29), se pensando na educação para a sustentabilidade, no caso específico dos cursos brasileiros de administração, “carece-se de marcos conceituais plurais que orientem a reorganização institucional necessária para tornar possível a inserção da sustentabilidade nas instituições de ensino superior que formam administradores”. Conforme Springett (2005, p. 148) “a introdução da sustentabilidade no currículo formal das escolas de administração não é tarefa fácil.”

Nesse sentido tendo como objetivo identificar, nas IES Públicas Paranaenses, a existência (ou não) de elementos relacionados à sustentabilidade de forma institucionalizada nos cursos de administração, esse seção apresenta os dados compilados na análise das matrizes curriculares, projetos pedagógicos e ementas disponíveis das Instituições.

Conforme dados do Ministério da Educação (2014) foram identificadas 17 Instituições (IES) públicas do Estado do Paraná que ofertam curso de Administração. Destas, 9 (nove) são Universidades, 6 Faculdades e 2 Centros Universitários. Quatro destas IES’s tem mais de um campi universitário. Identificou-se que as Instituições têm especificidades distintas, no que se refere aos documentos institucionais e matrizes curriculares disponibilizados. Tendo em vista esse fato, se optou por analisá-las individualmente.

A análise abarcou um total de 26 matrizes curriculares. Destas, 19 apresentaram pelo menos uma disciplina relacionada à sustentabilidade, quatro não tem disciplinas e em três casos não foi possível obter informações das matrizes curriculares, pois esses não estavam disponíveis para consulta. Dentre as dezenove IES que apresentaram disciplinas relacionadas à sustentabilidade, somente cinco apresentam mais de uma disciplina. As demais 14 instituições apresentaram somente uma disciplina. A tabela 2 demonstra as Instituições que apresentaram nas matrizes mais do que uma disciplina relacionada a Sustentabilidade.

Tabela 2 – Instituições que apresentaram nas matrizes disciplinas relacionadas à Sustentabilidade

Universidade	Disciplina	Ementa
Universidade Estadual de Londrina (UEL) Campus Londrina/PR	Fundamentos de Administração	Origens e a evolução da Administração. Abordagem socioambiental da Administração. Administração e sociedade: globalização, competitividade e tecnologia. Conceito e tipologia das organizações. A ciência da Administração. Estudo do processo administrativo: planejamento, organização, direção e controle. O processo gerencial e o profissional de Administração. Perfil e espaços de atuação do administrador.
	Administração Socioambiental	A problemática ambiental na contemporaneidade; Ações de sustentabilidade sistêmica; Histórico e conceituação de gestão ambiental; Gestão ambiental empresarial e Sistema de gestão ambiental; Auditorias ambientais.
	Ética Empresarial e Responsabilidade Social nos Negócios	Histórico e conceituação e visão geral da Filosofia e da Ética. Código de Ética e Código de Ética do Profissional em Administração. A ética na gestão empresarial. Códigos de conduta e procedimento e seus resultados. Responsabilidade social corporativa. A responsabilidade social no contexto brasileiro.
Universidade Tecnológica Federal do	Gestão Mercadológica	Estratégias de marketing. Introdução a pesquisa de mercado. Publicidade, campanhas e mídias. Administração de Produto, marcas e patentes, design e embalagens. Mercado e Sustentabilidade.

Paraná (UTFPR) Campus Pato Branco/Pr	Responsabilidade e Social e Desenvolvimento Sustentável	Agenda 21. Padrões de Consumo e Padrões de Produção. Meio Ambiente e Desenvolvimento. Sustentabilidade. A Economia do Meio Ambiente e o Desenvolvimento Sustentável. Indicadores de responsabilidade social. O papel das políticas públicas no desenvolvimento sustentável
	Gestão de sistemas integrados de processos certificáveis	Conceito de sistemas integrados. Conceito de gestão da qualidade, ferramentas da qualidade, gestão do meio ambiente, gestão da saúde e segurança no trabalho, responsabilidade sócio-empresarial e fundamentos para gestão de excelência (PNQ). Mapeamento de processos. Normas ISO 9000 e 14.000, OHSAS 18000, NBR 16.000 e SA 8000.
Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) Campus de Jaguariaíva/Pr e Ponta Grossa/Pr	Ética, responsabilidade e social e gestão do terceiro setor	A atitude e crítica criativa no perfil do profissional de administração. A competência do saber pensar para saber intervir na busca do desenvolvimento individual e social. Os instrumentos da atividade filosófica no desenvolvimento da competência do conhecimento reconstrutivo. A origem, as características e o desenvolvimento da filosofia como pensamento sistemático. Os principais períodos da atividade filosófica. A questão do conhecimento da ciência, e da tecnologia e os desafios da sociedade globalizada. Os fundamentos epistemológicos da pesquisa científica e o profissional da administração. Os principais temas da filosofia contemporânea e cidadania. O administrador e as questões éticas nas organizações e no mundo do trabalho. Visão conceitual do terceiro Setor.
	Administração da Produção	Introdução à Administração da Produção. Organização da Produção e Tecnologia da Produção. Classificação dos sistemas de Produção. Projeto e composto de produtos. Localização. Layout. Métodos de trabalho e Economia de Movimento. Produtividade. Estudo do Processo de Produção. Manutenção da fábrica. Planejamento agregado da produção. Planejamento dos requisitos de Material: MRP e CRP. Análise de Cargas e alocação de recursos. Controle e programação da produção. Gestão da Qualidade. A administração da Produção e a Gestão ambiental . Consultoria e Tópicos Avançados na área.
Universidade Estadual do Centro Oeste (UNICENTRO) Campus de Irati/Pr	Ética e Responsabilidade e Social nas Organizações	Fundamentos filosóficos da ética. Ética e cultura. Função social das organizações. Condições de trabalho, desemprego e pobreza. Desenvolvimento social e sustentabilidade. Relativismo cultural nas organizações. Relações organizacionais público-privado. Cidadania corporativa e contabilidade. Gestão de risco e controle interno de fraudes. Projetos de responsabilidade social. Relação custo-benefício em projetos sociais. Sistema. ISO de normas relacionadas à responsabilidade social.
	Gestão Ambiental	Enfoques sobre desenvolvimento. Planejamento de gestão ambiental. Avaliação de riscos ambientais. Aspectos econômicos da sustentabilidade de ecossistemas. Cadeias produtivas e ciclo de vida dos produtos. Mercado de bens e serviços ambientais. Projetos ambientais. Relação custo-benefício em projetos ambientais. Financiamento de projetos ambientais. Aspectos econômicos da “Agenda 21” e protocolos internacionais. Mecanismos políticos para solução de problemas ambientais. O sistema ISO de normas relacionadas à qualidade ambiental.
Faculdade Estadual de Educação Ciências e Letras de Paranaíba Campus Paranaíba/Pr	Gestão Ambiental	Não disponível para consulta.
	Terceiro Setor e Responsabilidade e Social	

Fonte: Elaborado pelos autores, 2014.

A Universidade Estadual de Londrina apresentou três disciplinas (Fundamentos de Administração; Administração Socioambiental Ética Empresarial e Responsabilidade Social nos Negócios) que envolvem conteúdos pertinentes à sustentabilidade, abarcando temas como: abordagem socioambiental da administração, problemática ambiental na contemporaneidade, responsabilidade social corporativa, a responsabilidade social no contexto brasileiro. Ainda nesse sentido a IES apresenta que o profissional formado por ela poderá atuar em “Empresas públicas, empresas privadas e organizações não governamentais, nas áreas de finanças, produção, materiais e logística, marketing, gestão de pessoas, estratégia, **gestão sócio-ambiental**, dentre outras.” (UEL, 2014, grifo nosso)

Também com três disciplinas a Universidade Tecnológica Federal do Paraná oferece em sua grade curricular: Gestão Mercadológica que aborda introdução a pesquisa de mercado, administração de Produto, marcas e patentes, design e embalagens, mercado e Sustentabilidade; e Responsabilidade Social e Desenvolvimento Sustentável, onde são estudados temas como agenda 21, meio ambiente e desenvolvimento, sustentabilidade, a economia do meio ambiente e o desenvolvimento sustentável, indicadores de responsabilidade social, o papel das políticas públicas no desenvolvimento sustentável. No que se refere aos demais documentos institucionais, a UTFPR foi a única instituição que apresentou que o curso ofertado por ela tem a sustentabilidade como grande área e eixo integrador. O curso foi construído levando em conta as principais áreas de conhecimento da administração e tendo como eixos **integradores a sustentabilidade, empreendedorismo, inovação tecnológica e formação humana**. O perfil da formação baseado em eixos integradores, proposto no Projeto Pedagógico do Curso de Administração (PPC) não se limita à oferta isolada de disciplinas vinculadas aos respectivos eixos; mas sim, pela integralização plena de toda a matriz curricular. (UTFPR, 2014, grifo nosso)

Com dois campi a Universidade Estadual de Ponta Grossa (Jaguariaíva/Pr e Ponta Grossa/Pr) tem duas disciplinas relacionadas a sustentabilidade, a Ética, responsabilidade social e gestão do terceiro setor e Administração da Produção. Já a Universidade Estadual do Centro Oeste chamou a atenção na análise dos dados por tratar-se de um IES com quatro campi onde são ofertados os cursos de administração. O Campus de Irati/Pr também apresentou na matriz curricular duas disciplinas: Ética e Responsabilidade Social nas Organizações e Gestão Ambiental, ambas relacionadas com a sustentabilidade, como pode ser verificado nas ementas das disciplinas explicitadas na tabela 2. Já o campus de Campus de Guarapuava/Pr tem somente uma matéria, denominada Gestão Socioambiental, onde são estudados temas como: fundamentos responsabilidade social: responsabilidade, obrigação e sensibilidade social, sustentabilidade, gestão social, gestão ambiental, projeto de responsabilidade socioambiental e tópicos avançados em gestão socioambiental. Não obstante, tanto no Campus Avançado Laranjeiras do Sul como de Pitanga não foi possível obter informações sobre os cursos de administração ofertados. Não foram identificadas outras menções relativas à Sustentabilidade nos documentos institucionais da UNICENTRO.

Com duas disciplinas a Faculdade Estadual de Educação Ciências e Letras de Paranaíba, oferta em sua matriz curricular duas disciplinas Gestão Ambiental e Terceiro Setor e Responsabilidade Social. Em seu curso a IES busca desenvolver as capacidade e potencialidade dos futuros administradores, tornando-os “capazes de pensar e mesclar sobre novas e velhas formas de se organizar e de produzir, na busca por cumprir verdadeiramente seu papel na sociedade, de maneira ética e sustentável”. (FAFIPA, 2014)

Trze instituições têm em sua matriz uma disciplina relacionada com a sustentabilidade. Esse fato converge com a perspectiva de Jacobi, Raufflett e Arruda (2011 p. 32) que concluem que a maioria das instituições de ensino superior tem conseguido apenas pequenos avanços incrementais na direção do fortalecimento de uma agenda educacional para

a questão da sustentabilidade, quando confrontadas com a complexidade, tem enfrentado resistência às mudanças estruturais e comportamentais mais significativas.

A Universidade Estadual de Maringá (UEM) tem, em seu campus sede, ofertada a disciplina Administração e Meio Ambiente, a qual aborda o planejamento estudo da questão ambiental no contexto da sustentabilidade e suas influências nas organizações. Por sua vez, Responsabilidade Socioambiental é a disciplina ofertada pela matriz do curso da Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana (FECEA). Essa disciplina aborda o despertar no discente a preocupação com a Responsabilidade Socioambiental, capacitando-os para a gestão fundamentada na integridade e em valores éticos, ambientais; assim como promover a abordagem sobre o papel do estado, organizações de mercado (com fins lucrativos) e organizações de terceiro setor (sem fins lucrativos), na busca de ações equilibradas visando o crescimento e desenvolvimento sustentável das sociedades. (FECEA, 2014)

Já a Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão (FECILCAM) aborda a sustentabilidade na disciplina Gestão Ambiental e Responsabilidade Social, que tem entre os principais assuntos: a evolução da gestão social e ambiental, e crescimento econômico e desenvolvimento sustentável, meio ambiente como um problema (e oportunidade) de negócios, estratégias de gestão social e ambiental. Por sua vez, a Faculdade Vizinhança Vale do Iguaçu (VIZIVALI) tem uma disciplina denominada Ética, Responsabilidade Social e Ambiental, que engloba o desenvolvimento sustentável das organizações, a integração entre fatores econômicos, sociais e ambientais na tomada de decisão, sistemas de gestão ambiental e desenvolvimento de tecnologias limpas.

A Universidade Federal do Paraná (UFPR) possui dois campi: em Curitiba e Matinhos /Pr. Ambas têm em seu currículo de disciplinas a sustentabilidade, trabalhada em uma disciplina denominada Organizações e Ambiente Socioeconômico, a qual abarca aspectos econômicos, aspectos sociais, o estado e a sociedade, o estado contemporâneo, o processo de desenvolvimento, diagnóstico socioeconômico.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná (IFPR), tem curso de administração no campus de Palmas/Pr. Foi verificada a oferta da disciplina Gestão Socioambiental e Sustentabilidade. A disciplina denomina gestão ambiental é ofertada nas matrizes curriculares das seguintes Instituições Centro Universitário de Mandaguari – UNIMAN (Campus de Mandaguari/Pr) Centro Universitário de União da Vitória (UNIUV) Campus de União da Vitória/Pr e São Mateus Do Sul/Pr.

O caso da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) com quatro campi chamou a atenção uma vez que essa tem a disciplina gestão ambiental em dois Cascavel/Pr E Francisco Beltrão/Pr, os demais campus Marechal Candido Rondon/Pr e Campus Foz do Iguaçu /Pr não tem quaisquer disciplina relacionada ao tema sustentabilidade na matriz curricular. Também não apresenta disciplinas sobre o tema em foco em seus currículos acadêmicos os cursos de administração ofertados pela Faculdade da Fronteira – FAF campus Barração/Pr e a Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP) campus de Cornélio Procópio/Pr. Com relação a Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá (FAFIPAR) campus de Paranaguá/Pr que também tem cursos de administração, essa não tem disponível no informações sobre a matriz curricular, ou outros documentos relacionados a graduação em foco.

Com base nos dados levantados, pode-se visualizar que não há, nas IES Paranaenses, indícios de que o estudo da sustentabilidade se encontra institucionalizado, pois cada IES apresenta uma estrutura curricular fragmentada, com um enfoque específico relativo à sustentabilidade organizacional. A constatação de que 7 IES não apresentaram disciplinas, conteúdos ou expressões, em suas grades curriculares ou projetos políticos pedagógicos disponíveis para consulta, relativos à sustentabilidade, denota a não existência, nos documentos formais do curso de graduação da instituição, de enfoque relacionado ao DS. Nos

demais cursos, embora haja referências e mesmo disciplinas relacionadas ao tema, com exceção da UTFPR e da UEL, instituições nas quais foi constatada uma maior inserção da sustentabilidade no curso de graduação, não há um esforço institucional no sentido de integrar o DS de forma essencial, de forma interdisciplinar. Contudo, os resultados contrastam com os apresentados por Palma, Oliveira e Viacava (2011), quando analisados de forma quantitativa, pois nesse estudo anterior realizado os autores encontraram 14 instituições federais (35% do total) nas quais havia a inserção da temática sustentabilidade, sob os seus mais diversos ângulos. Nesta pesquisa, dos 26 cursos analisados, 19 apresentaram disciplinas relacionadas ao DS, o que representa aproximadamente 73% dos cursos pesquisados. Embora não haja uma institucionalização de fato, que possa ser verificada com base nos documentos pesquisados, e ressaltando-se o fato de serem amostras distintas, a existência de disciplinas ou conteúdos que versem sobre o DS apresentou um acréscimo considerável, quando comparadas as IES paranaenses com as IES federais.

Esperava-se encontrar, de forma institucionalizada, por intermédio de um processo isomórfico, a inserção da temática sustentabilidade nos cursos de graduação das IES paranaenses. Entretanto, com base nos documentos disponibilizados e consultados, bem como na análise de conteúdo realizada, não se pode afirmar que tal fato esteja ocorrendo, atualmente.

5 Considerações Finais

Considerando-se o objetivo principal do referido artigo, que foi definido como verificar, com base nos documentos disponíveis, indícios de que está ocorrendo a institucionalização do ensino da sustentabilidade em cursos de Administração de Empresas das IES públicas paranaenses, considera-se o mesmo como atendido, uma vez que, por intermédio da análise documental e da análise de conteúdo, constatou-se a inserção, mesmo que de forma marginal ou incidental, dos referidos conteúdos na maioria dos cursos de graduação em administração de empresas das IES públicas paranaenses. Com base na questão de pesquisa proposta, pode-se afirmar que, com base nos documentos publicados pelas IES, não existem elementos que permitam visualizar a inserção de temas relacionados a sustentabilidade de forma institucionalizada nos cursos de administração das IES Públicas Paranaenses.

Foi possível verificar com esse estudo que, das 26 matrizes curriculares estudadas, 14 tem apenas uma disciplina relacionada ao DS, enquanto 7 não apresentaram qualquer disciplina ou conteúdo relacionado ao DS, sendo que, em um caso destes 7, não foram apresentadas informações pertinentes, corroborando a afirmativa de Gonçalves-Dias, Herrera e Cruz (2013, p. 121) de que “apesar de quase três décadas de intensos debates em torno da temática sustentabilidade, permanecem indefinições, despertando indagações sobre suas delimitações, seus traços definidores, seu potencial de inovação e suas interfaces com outros campos de conhecimento e de prática” refletindo tanto no âmbito da gestão empresarial como no que refere aos projeto pedagógico e as estratégias de ensino-aprendizagem utilizadas para a formação de futuros administradores.

Identificou-se que apenas seis IES fazem menção de aspectos relacionados a sustentabilidade em seus documentos Institucionais (projetos pedagógicos e matrizes curriculares. Dessa forma, pode-se constatar que a existência de uma tendência em inserir uma (ou mais) disciplinas nas matrizes curriculares é uma tendência, o que coloca as IES no primeiro nível de aplicação da noção de sustentabilidade nos cursos, programas e atividades curriculares .

Por fim, considerando que a metodologia de pesquisa escolhida, que privilegiou a análise documental, não viabiliza apurar o “por que” das opções das IES quanto a

sustentabilidade, sugere-se que, para pesquisas futuras, sejam inseridos, além da análise documental e da análise de conteúdo, outras técnicas de pesquisa, como a entrevista e a análise do discurso, que permitam analisar com maior profundidade o processo de institucionalização da sustentabilidade nas instituições de ensino, notadamente nos cursos de graduação em administração de empresas.

Referências

- Adams, B. G. (2012) **A Importância da Lei 9.795/99 e das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Ambiental para Docentes. Monografias Ambientais REMOAUFMS**, v (10), nº 10, p. 2148 – 2157, Out-Dez. p. 2148 -2157.
- Agenda 21. (1995) **Conferência das Nações Unidas Sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (1992: Rio de Janeiro)**. Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento: de acordo com a Resolução.JP! 44/228 da Assembleia Geral da ONU, de 22-12-89, estabelece uma abordagem equilibrada e integrada das questões relativas a meio ambiente e desenvolvimento: a Agenda 21 - Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações. 472p.
- Assis, L. B., Andrade, J. O.; Carvalho Neto, A.; & Tanure, B. (1010) **Homogeneização do Executivo Brasileiro: O Isomorfismo do Indivíduo nas Maiores Empresas Brasileiras**. XXXIV Encontro da ANPAD.
- Bardin, Laurence. (2004) **Análise de conteúdo**. 3. ed. Lisboa: Edições 70.
- Brasil. (2012) **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental**. DOU nº 116, Seção 1, págs. 70-71 de 18/06/2012.
- _____.(1999) **Lei n. 9795 - 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental. Política Nacional de Educação Ambiental. Brasília.
- Barbieri, I. C.; & Silva, D.; (2011) **Educação Ambiental na formação do administrador**. São Paulo: Cengage Learning.
- Caldas, Miguel P.; & Wood Jr., Thomaz. (1999) **Transformação e realidade organizacional: uma perspectiva brasileira**. São Paulo: Atlas.
- Carvalho, T. S.; & Almeida, E (2010). A hipótese da curva de Kuznets Ambiental Global: uma Perspectiva econométrico-espacial. **Estudos Econômicos**.V.40, nº 3, São Paulo, Sept. 2010. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-41612010000300004>. Acesso em: 16 jan. 2012.
- DiMaggio, Paul J.; & Powell, Walter W. (1983) The iron cage revisited: institucional isomorphism and collective rationality in organizational fields. **American Sociological Review**, v. 48, 1983.
- DiMaggio, P. J.; & Powell, W. W. (2007) **Jaula de ferro revisitada: isomorfismo institucional e racionalidade coletiva nos campos organizacionais**. In. Caldas, M. P., & Fachin, R. Teoria das Organizações. Atlas, São Paulo.
- Dyllick, T. & Hockerts, K. (2002) Beyond the business case for corporate sustainability. **Business Strategy and the Environment**, p. 130-141.
- Elkington, J (2001). **Canibais com Garfo e Faca**. São Paulo: Makron Books, 2001.
- Elkington, J. (1999) **Cannibals with forks: the triple bottom line of 21st century business**. Oxford: Capstone Publishing Limited.
- Fachin, R. C.; & Mendonça, R. C. de.(2003) **Selznick: uma visão da vida e da obra do precursor da perspectiva institucional na teoria organizacional**. In: Vieira, Marcelo M. F.; Carvalho, Cristina Amélia (Orgs.) **Organizações, instituições e poder no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, p.29-45.

- Friedman, M. (1970) The social responsibility of business is to increase its profits. The New York Times Magazine, Sep.
- Guerra, G. C.; & M. Ichikawa, E. Y. (2011) **A Institucionalização de Representações Sociais: uma Proposta de Integração Teórica**. REGE, São Paulo – SP, Brasil, v. 18, n. 3, p. 339-359, jul./set. p. 339-359.
- Gonçalves-Dias, S. L. F.; Herrera, C. B.; Cruz, M. T. S. **Desafios (e dilemas) para inserir “Sustentabilidade” nos currículos de administração: um estudo de caso**. RAM, REV. ADM. Mackenzie, V. 14, N. 3, Ed. Especial • São Paulo, SP • Maio/Jun. 2013. p. 119-153
- Gonçalves-Dias, S. L. F.; Teodósio, A. S. S.; Carvalho, S.; & Silva, H. M. R (2009). **Consciência ambiental: um estudo exploratório sobre suas implicações para o ensino de Administração**. Revista Administração de Empresas, v. 8, n. 1.
- Hollnagel, H. C.; & Moraes, F. C. C. (2011) **Desafios para a Sustentabilidade: o Currículo dos Cursos de Administração XIII ENGEMA** – Encontro Nacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente dez.
- Jacobi P. R; Raufflet, E, & Arruda, M. P. (2011) **Educação para a sustentabilidade nos cursos de administração: reflexão sobre paradigmas e práticas**. RAM, REV. ADM. MACKENZIE, V. 12, N. 3, Edição Especial. SÃO PAULO, SP • MAIO/JUN. 2011 p. 21-50 ISSN 1678-6971
- Jacobi, P. R. (2005) **Educação ambiental: o desafio da construção de um pensamento crítico, complexo e reflexivo**. *Revista Educação e Pesquisa FE-USP*, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 302-313, maio/ago. 2005
- Lozano García, F. J.; Kevany, K.; & Huisingh, D. (2006) **Sustainability in higher education: what is happening?** *Journal of Cleaner Production* 14 757 e 760
- Machado-Da-Silva, Gonçalves, S. A. Nota Técnica: A Teoria Institucional. In: Machado-Da-Silva, & Gonçalves, S. A. (1999) *Handbook de Estudos Organizacionais: Modelos de Análise e Novas Questões em Estudos Organizacionais*. São Paulo: Atlas, 1999, cap. 7, p. 220-226.
- Madeira, A. C. F. D. **Indicadores de Sustentabilidade para Instituições De Ensino Superior**. Dissertação de Mestrado em Engenharia do Ambiente (Gestão e Tratamento de Resíduos Industriais), Faculdade de Engenharia, Universidade do Porto, 2008.
- Marconi, M. De A.; & Lakatos, E. M. (2010) *Fundamento de metodologia científica*. 7. ed. São Paulo: Atlas.
- Meyer, J. W.; & Rowan, B. (1992) **Institutionalized organizations: formal structures as myth and ceremony**. In: MEYER, John. W. e SCOTT, W. Richard. *Organizational environments: ritual and rationality*. Updated edition. London: Sage.
- Ministério da Educação (MEC) 2014. Disponível em: <http://www.mec.gov.br/> Acesso em: 01 de fev. 2014.
- Michel, M. H. (2009) **Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais**. 2. ed. São Paulo. Atlas.
- National Forum On Partnerships Supporting Education About The Environment* (1994) **Education for sustainability: an agenda for action**. In *Education for Sustainability: an Agenda for Action* (ed. by C. McNerney & N. Deakin Davis). US Global Change Research Information Office, San Francisco, CA. [WWW document]. URL <http://www.gcric.org/edu/pcsd/toc.html>
- Palma, L. C.; Alves, N. B.; Silva, T. N. (2013) **Educação para a sustentabilidade: a construção de caminhos no instituto federal de educação, ciência e tecnologia do rio grande do sul (IFRS)**. RAM, REV. ADM. Mackenzie, V. 14, N. 3, Ed. Especial • São Paulo, SP • Maio/Jun. p. 83-118.

- Palma, L. C.; Oliveira, L. M. De; Viacava, K. R. (2011) **Sustainability in Brazilian federal universities. International Journal of Sustainability in Higher Education**, v. 12, n. 3, p. 250-258.
- Passet, R. (1996) **L'economique et le vivant**. Paris: Econômica, 1996.
- Rodrigues, J. J. M, Duarte, M.M.R.F.R. (2011) **Relato da Responsabilidade Social, ambiente e competitividade: enquadramento teórico**. Revista Universo Contábil, Blumenau, v. 7, n. 4, p. 138-155, out./dez.
- Rossetto, C. R.; & Rossetto, A. M. (2005) **Teoria Institucional e Dependência de Recursos na Adaptação Organizacional: uma visão complementar**. *RAE-eletrônica*, v. 4, n. 1, Art. 7, jan./jul. 2005.
- Sinay, M. Cristina F. De; Dalbem, M. C.; Loureiro, I. A.; Vieira, J. De M. (2013) **Ensino e pesquisa em gestão ambiental nos programas brasileiros de pós-graduação em administração**. RAM, REV. ADM. Mackenzie, V. 14, N. 3, Ed. Especial • São Paulo, SP • Maio/Jun. 2013. p. 55-82
- Springett, D. V. (2005) "Education for sustainability" in the business studies curriculum: a call for a critical agenda. **Business Strategy and the Environment**, v. 14, p. 146-159.
- Springett, D. V.; Kearins, K. (2001) Gaining legitimacy? Sustainable development in business school curricula. *Sustainable Development*, v. 9, n. 4, p. 213-221.
- Trevisan, M.; Pedrozo, E. A. (2010) **O Desenvolvimento Sustentável, a Institucionalização Organizacional e a Base da Pirâmide: Articulando Sociedade, Organização e Indivíduo**. 18 Congresso SOBER p. 1-16.
- Tolbert , P. S.; Zucker, L. G. (1999) **A Institucionalização da Teoria Institucional**. In: Clegg, Stewart R.; Hardy, Cynthia; Nord, Walter R. (Org.). **Handbook de estudos organizacionais**. v. 1. São Paulo: Atlas.
- Van Marrewijk, M (2003). Concepts and Definitions of CSR and Corporate Sustainability: Between Agency and Communion. **Journal of Business Ethics**, V.44, n.2-3, pag.: 95–105.
- Venzke, C. S.;• Nascimento, L. F. M. (2013) **Caminhos e desafios para a inserção da sustentabilidade socioambiental na formação do administrador brasileiro**. RAM, REV. ADM. Mackenzie, V. 14, N. 3, Ed. Especial São Paulo, SP • Maio/Jun.. p. 26-54.
- World Commission on Environment and Development, **Our Common Future**. 1987, Oxford: Oxford University Press.